



PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO

GABINETE DO DESEMBARGADOR EDUARDO SERTÓRIO

3ª CÂMARA CÍVEL

060 28
L

Embargos de Declaração: nº. 174715-5/03

Embargante: Amil Assistência Médica Internacional Ltda.

Embargada: ADUSEPS – Associação de Defesa dos Usuários de Seguros, Planos e Sistemas de Saúde Ltda.

Relator: Des. Eduardo Sertório

EMENTA: PROCESSUAL CIVIL - EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO AGRAVO LEGAL – VIOLAÇÃO DO ART. 535 DO CPC – INOCORRÊNCIA - ALEGAÇÃO DE OMISSÃO – INEXISTÊNCIA – INOVAÇÃO RECURSAL - IMPOSSIBILIDADE – EMBARGOS REJEITADOS.

1. Os Embargos de Declaração possuem pressupostos específicos relacionados no art. 535 do CPC, sendo inviáveis quando inexistente qualquer dos vícios ali previstos, capazes de macular a decisão proferida.
2. Não se verifica omissão no julgado por haver enfrentado as questões propostas no Recurso de Agravo.
3. Trata-se de inovação recursal ventilar, em sede de embargos de declaração, matéria não aduzida no recurso principal. Precedentes do STJ e desta Corte.
4. Embargos conhecidos e rejeitados.

ACÓRDÃO: Vistos, relatados e discutidos estes autos do Embargos de Declaração nº 174715-5/03 em que figuram como Embargante Amil Assistência Médica Internacional Ltda e como Embargada ADUSEPS – Associação de Defesa dos Usuários de Seguros, Planos e Sistemas de Saúde Ltda, ACORDAM, em Terceira Câmara Cível, os Desembargadores do Egrégio Tribunal de Justiça de Pernambuco, o seguinte: "À unanimidade, rejeitou-se os embargos nos termos do voto do relator", tudo de acordo com o relatório, o votos, as notas taquigráficas e o termo de julgamento que ficam fazendo parte integrante deste julgado.

Recife, 11/12/05

Eduardo Sertório

Desembargador Relator



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GABINETE DO DESEMBARGADOR EDUARDO SERTÓRIO
3ª CÂMARA CÍVEL

061 / 29 / 2

Embargos de Declaração: nº. 174715-5/03

Embargante: Amil Assistência Médica Internacional Ltda.

Embargada: ADUSEPS - Associação de Defesa dos Usuários de Seguros, Planos e Sistemas de Saúde Ltda.

Relator: Des. Eduardo Sertório

RELATÓRIO

Cuido de recurso de embargos de declaração interposto pela AMIL, diante de acórdão (fls. 29/40) proferido nos autos do recurso de agravo apenso, autuado sob o nº 174715-5/02, assim ementado:

EMENTA: DIREITO DO CONSUMIDOR - PROCESSUAL CIVIL - RECURSO DE AGRAVO - PLANO DE SAÚDE - AÇÃO CIVIL PÚBLICA - COBERTURA DE CIRURGIA COMPLEMENTAR À BARIÁTRICA (GASTROPLASTIA) - NEGATIVA DE COBERTURA INDEVIDA - POSICIONAMENTO SUMULADO - APLICABILIDADE DO CDC - AGRAVO A QUE SE NEGA PROVIMENTO À UNANIMIDADE.

1 - Torna-se injusta e abusiva a escusa dos planos de saúde em custear a cirurgia complementar à bariátrica (gastroplastia). Sobre a questão há farta manifestação deste Tribunal o qual perfilhou entendimento uníssono no sentido da necessidade da cobertura do referido procedimento cirúrgico, ensejando a edição da súmula 30 por esta Corte.

2 - A alegação sobre a anterioridade do contrato à lei 9.656/98 não pode justificar a recusa de cobertura, tendo em vista estar a pactuação em evidência efetivamente regulada pelo Código de Defesa do Consumidor.

A embargante considera ter sido omissa a decisão proferida, nos seguintes pontos:

- a) inexistência de dano grave e de difícil reparação no pleito da Aduseps;
- b) necessidade de intervenção da ANS na ação civil pública;
- c) inaplicabilidade do CDC aos contratos celebrados antes de sua vigência.

Ao final requereu o acolhimento dos embargos para suprir as omissões apontadas.

É o relatório.
Recife, 11/12/05

EDUARDO SERTÓRIO
DESEMBARGADOR RELATOR



PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO

GABINETE DO DESEMBARGADOR EDUARDO SERTÓRIO

3ª CÂMARA CÍVEL

062
30
1

Embargos de Declaração: nº. 174715-5/03

Embargante: Amil Assistência Médica Internacional Ltda.

Embargada: ADUSEPS – Associação de Defesa dos Usuários de Seguros, Planos e Sistemas de Saúde Ltda.

Relator: Des. Eduardo Sertório

VOTO

O presente recurso opõe-se a acórdão proferido no Recurso de Agravo apenso, interposto pela ora embargante, ao qual se negou provimento, no sentido de considerar ser devido o custeio da cirurgia complementar à bariátrica (gastroplastia), com base na súmula 30 desta Corte.

A Amil, embargante, alega a omissão do julgado em três pontos:

- a) inexistência de dano grave e de difícil reparação no pleito da Aduseps;
- b) necessidade de intervenção da ANS na ação civil pública;
- c) inaplicabilidade do CDC aos contratos celebrados antes de sua vigência.

Como é cediço, cabem embargos de declaração quando houver, na sentença ou no acórdão, obscuridade, contradição ou omissão.

Será omissa o acórdão que deixar de manifestar-se sobre algum ponto questionado na peça recursal, o que não ocorre.

Passo a análise detalhada das omissões apontadas.

a) inexistência de dano grave e de difícil reparação no pleito da Aduseps

A embargante utiliza-se da presente via recursal aclaratória para alegar ser requisito para concessão da liminar na ação civil pública a presença cumulativa da verossimilhança da alegação e o risco de dano grave e de difícil reparação. Em sequência, afirma não ter este juízo julgador analisado o requisito do prejuízo grave e irreparável a ser suportado pela embargada, Aduseps.

Não prospera o intento da Amil, embargante.

}

063/
/

Pela análise dos autos verifico ter o magistrado singular proferido liminar (fls. 167/168 – dos autos do agravo de instrumento nº 174715-5) determinando o custeio do procedimento cirúrgico em tela, com base no artigo 273 do CPC, aplicável a hipótese de ação civil pública, consoante previsão do artigo 19 da lei 7.347/85¹.

Contra essa decisão a Amil interpôs o referido agravo de instrumento em apenso, processo nº 174715-5, sendo julgado monocraticamente pelo presente Relator (fls. 704/715), no sentido de negá-lo seguimento para manter a liminar concedida pelo juízo originário.

Desse julgamento a Amil interpôs embargos de declaração, autuado sob o nº 174715-5/01, aduzindo os seguintes pontos como omissos: a) juízo natural do agravo; b) (b1) definição do alcance territorial da liminar; (b2) os potenciais beneficiados; e, (b3) os contratos abarcados; c) responsabilidade pela execução da liminar. **Portanto, não alegando a questão ora levantada nos presentes aclaratórios acerca da ausência do requisito prejuízo grave e irreparável a ser suportado pela embargada.**

Tais embargos foram julgados monocraticamente por este juízo (fls. 50/54), sendo integralmente rejeitados.

Após os embargos declaratórios, e ainda no intento de enfrentar a decisão terminativa proferida por este juízo, a Amil interpôs o Recurso de Agravo nº 174715-5/02, confrontando as seguintes questões: 1) não ser aplicável a súmula 30 deste Tribunal; 2) a quebra do equilíbrio financeiro do contrato; 3) a indevida retroatividade do CDC para contratos firmados antes da sua edição; 4) a necessidade de estabelecimento de condições para o cumprimento da cobertura; 5) ser necessária a definição do alcance territorial da liminar e seus beneficiados e 6) a responsabilidade pela execução da liminar.

Dessa forma, observa-se **não ter a Amil recorrido da terminativa acerca da questão ora levantada nos presentes aclaratórios a respeito da ausência do requisito prejuízo grave e irreparável a ser suportado pela embargada.**

Ora, a matéria que a Amil pretende considerar ter sido omissa ser quer constou do Recurso de Agravo julgado pelo presente

¹ Art. 19. Aplica-se à ação civil pública, prevista nesta Lei, o **Código de Processo Civil**, aprovado pela Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973, naquilo em que não contrarie suas disposições. LEI Nº 7.347, DE 24 DE JULHO DE 1985 que disciplina a ação civil pública de responsabilidade por danos causados ao meio-ambiente, ao consumidor, a bens e direitos de valor artístico, estético, histórico, turístico e paisagístico (VETADO) e dá outras providências. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L7347orig.htm

064
31
L

Relator, impossibilitando contar do acórdão recorrido questão não ventilada no recurso.

Alegar tal matéria em sede dos presentes embargos declaratórios, não tendo sido formulada em anteriores oportunidades elencadas, denota verdadeira intenção de utilizar-se desta via recursal para inovar a lide, postura refutada pela jurisprudência consolidada do STJ e desta Corte.

b) necessidade de intervenção da ANS na ação civil pública

A embargante utiliza-se da presente via recursal aclaratória para alegar ser necessária a participação da ANS (Agência Nacional da Saúde) no presente feito.

Pela análise dos autos, constato tal questão apenas ter sido formulada na presente fase dos autos, não constando do pedido (fls. 24/25) do agravo de instrumento apenso (174715-5), dos embargos declaratórios contra a decisão terminativa (174715-5/01) e nem do recurso de agravo (174715-5/02).

Dessa forma, vislumbra-se, nas alegações invocadas nos pontos **(a)** e **(b)** das razões recursais dos aclaratórios, a discussão de matéria nova em sede de embargos.

Ora, não se permite à embargante no estágio atual dos autos aduzir fatos novos, não se prestando os embargos de declaração para esses fins.

Conforme entendimento sedimentado, é defeso inovar em sede de embargos de declaração, consoante se infere dos precedentes abaixo colacionados:

DIREITO ADMINISTRATIVO. PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DECLARATÓRIOS NO RECURSO ESPECIAL. OMISSÃO, OBSCURIDADE OU CONTRADIÇÃO. INEXISTÊNCIA. DISSÍDIO JURISPRUDENCIAL ENTRE O STJ E O TST. **INOVAÇÃO RECURSAL. IMPOSSIBILIDADE. EMBARGOS REJEITADOS.**

1. **Os embargos de declaração consubstanciam instrumento processual apto a suprir omissão do julgado ou dele excluir qualquer obscuridade, contradição ou erro material.** A concessão de efeitos infringentes aos embargos de declaração somente pode ocorrer em hipóteses excepcionais, em casos de erro evidente, o que não ocorreu na hipótese dos autos.

2. A tese acerca de ofensa ao princípio da isonomia, em face da existência de dissídio jurisprudencial entre o Tribunal Superior do Trabalho e o Superior Tribunal de Justiça, **por não ter sido argüida nas razões do recurso especial, não pode ser apreciada em sede de embargos declaratórios, por se tratar de indevida inovação de tese recursal. Precedente do STJ.**

3. Embargos declaratórios rejeitados.

(EDcl no REsp 934.676/RS, Rel. Ministro ARNALDO ESTEVES LIMA, QUINTA TURMA, julgado em 24/11/2008, DJe 19/12/2008) (grifos)

E mais:

PROCESSO CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO EM AGRAVO REGIMENTAL EM MANDADO DE SEGURANÇA. AUSÊNCIA DOS REQUISITOS DO ART. 535 DO CPC. INOCORRÊNCIA DE OMISSÃO. IMPOSSIBILIDADE DE PREQUESTIONAMENTO. **INOVAÇÃO RECURSAL**. MATÉRIA QUE NÃO GUARDA PERTINÊNCIA COM O CASO CONCRETO. RECURSO NÃO CONHECIDO. Se os Embargos tratam equivocadamente da necessidade de respeito ao contraditório e à ampla defesa nos processos administrativos disciplinares que culminam na pena de demissão dos servidores, **tal matéria, além de não possuir qualquer relação com o caso concreto - impossibilidade de promoção de policial militar na pendência de processo criminal - apenas foi suscitada no Agravo Regimental, configurando, assim, inovação recursal vedada em nosso sistema processual, motivo pelo qual este Col. Grupo de Câmaras não conhece de matéria que sequer foi devolvida a julgamento, restando descaracterizada a alegada omissão no julgado.** Embargos de Declaração não conhecidos.

Embargos de Declaração nº 170143-3/02. Relator: Cândido José da Fonte Saraiva de Moraes. Órgão Julgador: 2º Grupo de Câmaras Cíveis. Data: 22/10/2008 (grifos)

E ainda:

PROCESSUAL CIVIL. ADMINISTRATIVO. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO RECURSO ESPECIAL. DESAPROPRIAÇÃO PARA FINS DE REFORMA AGRÁRIA. JUROS COMPENSATÓRIOS. IMÓVEIS IMPRODUTIVOS. INOVAÇÃO DAS RAZÕES RECURSAIS. PERCENTUAL APLICÁVEL. INEXISTÊNCIA DE OMISSÃO, CONTRADIÇÃO OU OBSCURIDADE. INCONFORMISMO DO EMBARGANTE. EFEITO INFRINGENTE. IMPOSSIBILIDADE. PREQUESTIONAMENTO DE MATÉRIA CONSTITUCIONAL. INVIABILIDADE.

1. Os embargos de declaração somente são cabíveis nos casos de obscuridade, contradição ou omissão nas decisões judiciais.

(...)

4. É VEDADO À PARTE INOVAR NOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO, SUSCITANDO QUESTÕES NÃO-ABORDADAS NO RECURSO ESPECIAL.

(...)

6. Embargos de declaração rejeitados.

(EDcl no REsp 530.693/MA, Rel. Ministra DENISE ARRUDA, PRIMEIRA TURMA, julgado em 20/06/2006, DJ 10/08/2006 p. 193)(grifos)²

Por fim:

PROCESSUAL CIVIL - EMBARGOS DE DECLARAÇÃO - INOCORRÊNCIA DE OMISSÃO, CONTRADIÇÃO OU OBSCURIDADE NO ACÓRDÃO - **INOVAÇÃO EM SEDE RECURSAL - MATÉRIA PRECLUSA POR NÃO FAZER PARTE DAS RAZÕES DO RECURSO DE AGRAVO** - PREQUESTIONAMENTO - EMBARGOS CONHECIDOS - RECURSO REJEITADO - DECISÃO UNÂNIME. 1. Os Embargos de Declaração são cabíveis quando houver, na sentença ou no acórdão, obscuridade, contradição ou for omitido ponto sobre o qual o juiz ou tribunal devia pronunciar-se (Incisos I e II, do art. 535, do CPC), e, em face de construção jurisprudencial, admissíveis frente a decisões

²No mesmo sentido: EDcl no REsp 799.481/MA, Rel. Ministra DENISE ARRUDA, PRIMEIRA TURMA, julgado em 04/05/2006, DJ 25/05/2006 p. 180.

066 / 32
2

judiciais em sentido amplo. 2.(...). 3. Na presente oposição, depreende-se que, a rigor, a pretensão manifestada na aclaratória é de discussão de pedido que não consta na pretensão deduzida no recurso de agravo, e se mostra inviável pela via eleita, pela ocorrência da preclusão, já que não se pode inovar em sede de recurso. 4. (...) 5. Embargos Declaratórios conhecidos, porém rejeitados à unanimidade. Embargos de Declaração nº 73920-0/01. Relator: Fernando Cerqueira. Órgão Julgador: 7ª Câmara Cível. Data: 30/7/2008 09 (grifos)

Sendo assim, não há omissão no acórdão embargado. Afinal, busca a recorrente reanalisar o mérito recursal através da inovação, o que é impossível em sede de embargos declaratórios.

c) inaplicabilidade do CDC aos contratos celebrados antes de sua vigência

Sobre a matéria em evidência, consta do voto proferido nos autos do recurso de agravo, 174715-5/02, as seguintes considerações:

QUANTO A APLICABILIDADE DO CDC, VERSANDO INCLUSIVE SOBRE A APLICAÇÃO PARA CONTRATOS CELEBRADOS ANTERIOR A SUA EDIÇÃO, CONFORME ENTENDIMENTO DO STJ.

Por outra via, a alegação sobre a anterioridade do contrato à lei 9.656/98 não pode justificar a recusa de cobertura, tendo em vista estar a pactuação em evidência efetivamente regulada pelo Código de Defesa do Consumidor.

Confirma as afirmações formuladas o entendimento do STJ sobre a questão em foco, abaixo transcrito:

DIREITO CIVIL E CONSUMIDOR. SEGURO SAÚDE. **CONTRATAÇÃO ANTERIOR À VIGÊNCIA DO CDC E À LEI 9.656/98. EXISTÊNCIA DE TRATO SUCESSIVO. INCIDÊNCIA DO CDC, MAS NÃO DA LEI 9.656/98.** BOA-FÉ OBJETIVA. PRÓTESE NECESSÁRIA À CIRURGIA DE ANGIOPLASTIA. ILEGALIDADE DA EXCLUSÃO DE "STENTS" DA COBERTURA SECURITÁRIA. DANO MORAL CONFIGURADO. DEVER DE REPARAR OS DANOS MATERIAIS.(...)

- Embora o CDC não retroaja para alcançar efeitos presentes e futuros de contratos celebrados anteriormente a sua vigência, **A LEGISLAÇÃO CONSUMERISTA REGULA OS EFEITOS PRESENTES DE CONTRATOS DE TRATO SUCESSIVO E QUE, POR ISSO, FORAM RENOVADOS JÁ NO PERÍODO DE SUA VIGÊNCIA.**

- Dada a natureza de trato sucessivo do contrato de seguro saúde, o CDC rege as renovações que se deram sob sua vigência, não havendo que se falar aí em retroação da lei nova.

- A cláusula geral de boa-fé objetiva, implícita em nosso ordenamento antes da vigência do CDC e do CC/2002, mas explicitada a partir desses marcos legislativos, **impõe deveres de conduta leal aos contratantes e funciona como um limite ao exercício abusivo de direitos.**

J

067

- É abusiva a cláusula contratual que exclui de cobertura a colocação de "stent", quando este é necessário ao bom êxito do procedimento cirúrgico coberto pelo plano de saúde. Precedentes. Recurso especial a que se dá parcial provimento. (REsp 735.168/RJ, Rel. Ministra NANCY ANDRIGHI, TERCEIRA TURMA, julgado em 11/03/2008, DJe 26/03/2008) (grifos)

CIVIL E CONSUMIDOR. PLANO DE SAÚDE. CONTRATAÇÃO ANTERIOR À VIGÊNCIA DO CDC E À LEI 9.656/98. EXISTÊNCIA DE TRATO SUCESSIVO. INCIDÊNCIA DO CDC, MAS NÃO DA LEI 9.656/98. EXTENSÃO DA COBERTURA PARA INCLUIR DOENÇA. IMPOSSIBILIDADE IN CASU.

- Dada a natureza de trato sucessivo do contrato de seguro saúde, o CDC rege as renovações que se deram sob sua vigência, não havendo que se falar aí em retroação da lei nova.

- Tendo o Tribunal de origem reconhecido que o câncer não se encontra entre as doenças cobertas pelo plano de saúde contratado e não havendo qualquer circunstância específica que, sob a égide da legislação consumerista, justifique a revisão contratual, não há que se falar em injusta recusa de cobertura securitária. Recurso Especial não conhecido.

(REsp 1011331/RJ, Rel. Ministra NANCY ANDRIGHI, TERCEIRA TURMA, julgado em 17/04/2008, DJe 30/04/2008) (grifos)

Na mesma linha caminha o Tribunal de Justiça de Minas Gerais, comprovando a necessária aplicação dos princípios protetivos do Código de Defesa do Consumidor para solução de litígios semelhantes, como se observa pela decisão a seguir transcrita:

EMENTA: SEGURO DE SAÚDE - IMPLANTAÇÃO DE MARCA PASSO E REALIZAÇÃO DE EXAME OFTALMOLOGICO - CLÁUSULAS CONTRATUAIS RESTRITIVAS - INTERPRETAÇÃO FAVORÁVEL AO CONSUMIDOR. AINDA QUE CELEBRADO O CONTRATO DE SEGURO DE SAÚDE ANTES DO ADVENTO DA LEI 9.656/98, AS PREVISÕES NELE ENCERRADAS DEVEM SER INTERPRETADAS À LUZ E EM CONSONÂNCIA COM AS DISPOSIÇÕES DO CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR.

Em contrato de seguro de saúde, torna-se inoperante a cláusula de exclusão de cobertura de exame necessário e de implantação de marca passo indispensável à cirurgia de urgência, tratando-se de elemento indissociável ao seu sucesso, resguardando a vida do segurado.

APELAÇÃO CÍVEL Nº 1.0024.06.200732-3/001 - COMARCA DE BELO HORIZONTE - APELANTE(S): BRADESCO SEGUROS S/A - APELADO(A)(S): LYCIO CADAR - RELATOR: EXMO. SR. DES. DUARTE DE PAULA. 11ª CÂMARA CÍVEL. data de publicação: 22/09/2007. (grifos)

Em relação ao acórdão transcrito consta do voto lição em referência ao presente caso, destacando a ausência de desprestígio ao ato jurídico perfeito:

As seguradoras estão enquadradas no conceito de fornecedor previsto no artigo 3º do Código de Defesa do Consumidor, sendo o segurados considerados consumidores para todos os fins de direito, conforme registra CLÁUDIA LIMA MARQUES: "**Apesar da Lei 9.656/98, na sua versão atual, nominar os antigos contratos de seguro-saúde como planos privados de assistência à saúde, indiscutível que tanto os antigos contratos de seguro-saúde, os atuais planos de saúde, como os, também comuns, contratos de assistência médica possuem características e sobretudo uma finalidade em**

comum: o tratamento e a segurança contra os riscos envolvendo a saúde do consumidor e de sua família ou dependentes. Mencione-se, assim, com o eminente Professor e **MINISTRO CARLOS ALBERTO MENEZES DIREITO, QUE: 'DÚVIDA NÃO PODE HAVER QUANTO À APLICAÇÃO DO CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR SOBRE OS SERVIÇOS PRESTADOS PELAS EMPRESAS DE MEDICINA EM GRUPO, DE PRESTAÇÃO ESPECIALIZADA EM SEGURO-SAÚDE.** A forma jurídica que pode revestir esta categoria de serviços ao consumidor, portanto, não desqualifica a incidência do Código do Consumidor. O reconhecimento da aplicação do Código do Consumidor implica subordinar os contratos aos direitos básicos do consumidor, previstos no art. 6º do Código (...)." (Contrato no Código de Defesa do Consumidor - O novo regime das relações contratuais, 4º ed., Revista dos Tribunais, p. 399).

ADEMAIS, EM DECORRÊNCIA DE CASOS SEMELHANTES REGULADOS POR CONTRATOS QUE NÃO FORAM ADAPTADOS À LEI 9.656/98, A SECRETARIA DE DIREITO ECONÔMICO DO MINISTÉRIO DA JUSTIÇA INCLUIU NO ROL DE CLÁUSULAS ABUSIVAS DA PORTARIA 3, DE 19/03/99, AS CLÁUSULAS QUE "IMPONHAM, EM CONTRATOS DE PLANOS DE SAÚDE FIRMADOS ANTERIORMENTE À LEI 9.656/98, LIMITES OU RESTRIÇÕES A PROCEDIMENTOS MÉDICOS (CONSULTAS, EXAMES MÉDICOS, LABORATORIAIS E INTERNAÇÕES HOSPITALARES, UTI E SIMILARES) CONTRARIANDO PRESCRIÇÃO MÉDICA", NÃO HAVENDO, ASSIM, COMO AFASTAR A COBERTURA, SOB ALEGACÃO DE TRATAR-SE DE ATO JURÍDICO PERFEITO, ATÉ PORQUE A NULIDADE DA CLÁUSULA NÃO PERMITE SEJA CONSIDERADO O CONTRATO TOTALMENTE VÁLIDO NESTE ASPECTO. 11ª CÂMARA CÍVEL. data de publicação: 22/09/2007. (grifos)

Assim, confirmado o caráter complementar da cirurgia reparadora posterior a bariátrica torna-se necessária a cobertura pelo plano de saúde, sob pena de negar cobertura ao próprio procedimento previsto no contrato.

Nesse ponto específico pretende a Amil excluir da abrangência da decisão proferida os contratos firmados antes da entrada em vigor do CDC.

Sobre a questão não foi omisso este juízo, posto não ter acolhido a pretensão da embargante com base em precedentes do STJ, acima transcritos, que enfrentaram o referido tema.

Efetivamente, restou decidido na decisão recorrida que aos contratos celebrados anteriormente a vigência do CDC, mas renovados após tal ocorrência, incidem as disposições nele previstas.

Conta do voto proferido no REsp 735.168 da relatoria da Ministra Nancy Andrighi, citado na decisão ora recorrida, as seguintes considerações:

b) O CDC regula os efeitos presentes de contratos de trato sucessivo, pois aí não se discutem os efeitos presentes e futuros de negócio jurídico que era perfeito sob a égide da lei revogada, mas, sim, as consequências de negócio jurídico renovado sob os

069

auspícios da lei nova. Confira-se: "Contrato de prestação de serviços médicos. Execução continuada. **Renovação na vigência do CDC. Aplicabilidade.** Princípio da irretroatividade das lei. Violação. Não ocorrência. **I - Tendo sido o contrato renovado sob a égide do Código de Defesa do Consumidor, embora o pacto inicial tenha ocorrido em 1985, não há como afastar a incidência das disposições nele previstas.** II - Recurso especial não conhecido" (REsp 193.584/RJ, Terceira Turma, Rel. Min. Pádua Ribeiro, DJ 18.04.2005). (...)

(...) O **contrato de seguro** não é mero negócio jurídico com prazo indeterminado, mas, ao contrário, **negócio que se renova de tempos em tempos** uma vez que o prêmio corresponde à cobertura securitária por determinado tempo. Esgotado o período de cobertura, novo prêmio deve se pago (*sic*).

(...) **Não se trata, portanto, de retroagir as normas do CDC para regular contrato anterior a sua vigência, mas aplicá-lo, de imediato, nos termos do art. 6º, LICC, ao contrato que se renovou sob sua égide e que, por isso, não pode ser qualificado como ato jurídico perfeito.** (grifos)

As citadas considerações representam a posição firme do STJ sobre a questão, tendo sido reproduzidas no REsp 1011331, também colacionado na decisão recorrida.

Por tais razões não restou omissa o julgado por haver enfrentado a questão em evidência.

Com efeito, é de se verificar terem sido apreciadas as questões centrais do feito, pertinente ao dever de custeio do procedimento cirúrgico versado nos autos por parte da seguradora embargante, não havendo razão para a reforma do julgado.

Em face do exposto, conheço mas **REJEITO** os embargos de declaração para manter a decisão embargada pelos seus próprios termos.

Publique-se.

Recife, 11/12/09


EDUARDO SERTÓRIO
DESEMBARGADOR RELATOR